

## A ata de reunião como lugar de memória do Departamento de Ciência da Informação: percurso inicial de um projeto de extensão

*Meetings memorandums as a place of memory of the department of information science: initial course of a university extension program*

Leticia Molina<sup>1</sup>

Rosane Lunardelli<sup>2</sup>

Izangela Tonello<sup>3</sup>

Felipe Sousa Adati<sup>4</sup>

Victoria Venancio da Silva<sup>5</sup>

Aline Ferreira Sant Ana Del Grossi<sup>6</sup>

**Resumo:** Considerada como lugar de memória de um departamento, de uma instituição, as atas de reuniões arrolam informações relevantes no que diz respeito as decisões tomadas. Nesse sentido, objetivou-se, na fase inicial de um projeto de extensão, elaborar critérios para registrar e analisar as atas de reuniões lavradas no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, com o propósito de identificar as diversas gestões e ações realizadas nesses períodos. Como percurso metodológico, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo com objetivos exploratórios e descritivos pautada em pesquisa bibliográfica com o intuito de fundamentar o estudo. Após reiteradas discussões, elaborou-se um instrumento no qual estão sendo inseridos os dados evidenciados nesse tipo documental. Apresentado em forma de relato de experiência, ao evidenciar os itens que compõem o instrumento, espera-se contribuir com outras instituições no que diz respeito ao registro das decisões tomadas, bem como suscitar reflexões a respeito da ata, valioso documento de preservação da memória de uma instituição voltada ao ensino, pesquisa e extensão.

**Palavras-chave:** Lugares de memória. Atas de reunião. Preservação da memória.

**Abstract:** Consider as a place of memory of a university department, the memorandums of meetings contain relevant information regarding the decisions made and obtained. In this sense, the objective, in the initial phase of a university extension program, was to elaborate criteria to record and analyze the memorandums developed in the Department of Information Science at the State University of Londrina, in order to identify the different managements and actions carried out on those periods. As a methodology, qualitative research was carried out with exploratory and descriptive objectives based on bibliographic research in order to support the study. After relevant discussions, an instrument was elaborated in which the data shown in the documents are being inserted. Being presented as a form

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [leticiamolina@uel.br](mailto:leticiamolina@uel.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [lunardelli@uel.br](mailto:lunardelli@uel.br)

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [izangela@uel.br](mailto:izangela@uel.br)

<sup>4</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [felipesousaadati@gmail.com](mailto:felipesousaadati@gmail.com)

<sup>5</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [victoriavenancio11@icloud.com](mailto:victoriavenancio11@icloud.com)

<sup>6</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [aline.santanna@gmail.com](mailto:aline.santanna@gmail.com)

of experience report, by highlighting the items that made the instrument, moreover, it is expected to contribute with other universities and institutions in regards to the registration process of decisions they made. Thusly, raising awareness and reflecting on the memorandums, as they are a valuable document for the preservation of memory of an institution focused on teaching, research, and extension program.

**Keywords:** Places of memory. Memorandums of meetings. Memory preservation.

## 1 INTRODUÇÃO

As atas de reuniões, registros das decisões e dos processos de gestão, quando relacionadas às Universidades, podem, incontestavelmente, subsidiar a construção da memória da instituição, ao assumirem a configuração de documento histórico. Caracterizada como elemento fundamental à construção da identidade, seja ela individual ou coletiva, nos mais variados contextos, a memória deve ser preservada.

Nesse sentido, preservar a memória de uma instituição de ensino, não pressupõe somente ligá-la ao passado, mas também perpetuar tomadas de decisão, ações concretizadas, eventos realizados, a fim de não perder conhecimentos ali construídos. Estudos a respeito da Memória Institucional (MI) e entre eles, aqueles realizados por Thiesen (1997), consideram memória como um elemento primordial no funcionamento das instituições, porquanto é por intermédio da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo somente as informações que interessem ao seu funcionamento. A autora, que estuda a memória no ambiente das instituições, defende que estas são “[...] integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos, com a função de fixar enunciados para, em seguida, reproduzi-los” (THIESEN, 1997, p. 144). Dando continuidade, ressalta que, de instituição para instituição, há um processo seletivo que irá desenvolver suas regras, de acordo com suas características. A MI será formada por informações, tanto do âmbito interno quanto externo. Além disso, estará em permanente elaboração, visto que é constituída em função do tempo (THIESEN, 1997).

Na perspectiva da pesquisadora (1997), a MI consistiria em uma reconstrução do passado, pois somente podemos voltar a ele, por meio da memória. A estruturação da memória de uma organização deve sofrer um processo de escolha e de seleção daquilo que realmente é útil e importante para a organização, sendo considerada

como uma narrativa entre o contexto organizacional, e aquilo que é relevante para cada indivíduo, para o grupo e também para a própria organização. Essa (re)construção de fatos e acontecimentos que seriam considerados significativos em relação à trajetória e experiências pelas quais a organização passou, constituiriam então a memória da instituição. Esse conteúdo passaria por um processo de “seleção e organização, com objetivo de construção da identidade da organização” (BARBOSA, 2010, p.11).

Nesse contexto, o que precisa ser analisado e avaliado, em relação à produção de informação, é o que realmente é relevante para a organização guardar, visto que muito conteúdo é produzido diariamente, e nem tudo é relevante. Esse processo precisa ser concebido como metodologia de estruturação da identidade organizacional.

Nessa perspectiva, o fato de a memória humana não conseguir registrar com exatidão toda informação e conhecimento constituídos, o uso da escrita possibilita o registro de parte desse conteúdo, sendo que outra parte será perdida, esquecida e deixará de fazer parte da memória daquele indivíduo ou sociedade.

Crippa (2010) considera que a memória permite o resgate de algo pertencente ao passado, comparando-os com os dados do presente, proporcionando a preservação de determinadas informações, essenciais para a experiência individual e o conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica. Nesse sentido, de acordo com a autora, “A memória é considerada o único instrumento através do qual, ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, ao império do imediato: imprime as direções do tempo e permite uma continuidade social” (CRIPPA, 2010, p. 81). Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, ou seja, pode ser considerada uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural.

De acordo com essa perspectiva, Pierre Nora, historiador francês, propôs a utilização do termo lugares de memória para denominar os espaços físicos e/ou simbólicos nos quais se registraria a memória ou, “[...] lugares onde a memória se

cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7). De acordo com Arévalo (2005, p. 8), Nora emprega a noção de lugares de memória “na esperança de que essa possa reunificar o indivíduo fragmentado com o qual lidamos na sociedade contemporânea”.

Segundo o historiador (1993, p. 7), “[...] fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. Nesse sentido então, Nora (1993, p.13) defende a inscrição de fatos, situações ou momentos em um dado espaço e esclarece que “é a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção”. Em outro trecho, o autor justifica seu pensamento ao argumentar que “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]” (NORA, 1993, p. 13). De acordo com Arévalo (2005, p. 8), o autor mencionado, defende a concepção de lugares de memória “na esperança de que essa possa reunificar o indivíduo fragmentado com o qual lidamos na sociedade contemporânea”.

Para Pierre Nora (1993), os lugares de memória são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva - vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

Considerando a ata de reunião como lugar de memória de uma instituição de ensino, seu relevante papel no que tange ao registro e preservação de fatos e ações realizadas, o projeto de extensão denominado “A Preservação da memória do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina”, objetiva, como o título demonstra, contribuir com a preservação da memória do Departamento de Ciência da Informação (CI) por meio da investigação desse tipo documental. Respalda por critérios qualitativos, de objetivos exploratórios e descritivos com o intuito de fundamentar o estudo, em sua fase inicial, buscou elaborar critérios para registrar e analisar as atas de reuniões lavradas no

Departamento, com o propósito de identificar as diversas gestões e suas principais ações.

De uma perspectiva metodológica, o relato de experiência, com fortes traços exploratórios e descritivos, caracteriza-se como “[...] um texto que descreve precisamente uma dada experiência que possa contribuir de forma relevante para sua área de atuação. É a descrição que um autor ou uma equipe fazem de uma vivência profissional tida como exitosa ou não, mas que contribua com a discussão, a troca e a proposição de ideias [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017, p.1)

Nesse sentido, têm-se por meio de um relato de experiência, algumas ações realizadas pelos estudantes e professores participantes do projeto no que diz respeito à elaboração de um instrumento de pesquisa.

## 2 A ATA COMO LUGAR DE MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO

A ata, documento de informação, comunicação e formalizações das decisões tomadas em reuniões ou assembleias, torna-se fundamental ao desenvolvimento ou gestão das empresas, instituições, organizações, condomínios. Segundo Esquinsani (2007, p. 104), constituem-se em “[...] registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações”.

Seus aspectos estruturais definidos, as assinaturas validando as informações inscritas, entre outros aspectos, possibilitam que esse gênero textual possa ser considerado documento de valor legal ou administrativo. Partindo desse princípio, alguns critérios devem ser levados em conta quanto à sua composição: a) a redação técnica, ou seja, o texto deve ser redigido de modo formal, prezando pela linguagem denotativa, objetiva, seguindo a norma culta; b) o caráter polifônico desse tipo documental, uma vez que é construído por meio dos discursos dos vários participantes, demanda assim uma leitura final para que os presentes possam opinar a respeito da construção textual; d) texto de valor jurídico, ou valor legal a ata deve

ser lavrada de modo a evitar futuras modificações, razão pela qual não se admite rasuras ou emendas (DIANA, 2021).

No que diz respeito à sua configuração, recorre-se a Diplomática, área do conhecimento voltado ao estudo da estrutura formal do documento (BELLOTTO, 2002) para caracterizá-la. De acordo com esse enfoque, a ata, documento diplomático, uma vez que “é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico [...]” (BELLOTTO, 2002, p. 18), deve possuir uma configuração semântica e jurídica obrigatória a todas as espécies documentais<sup>7</sup>, isto é a todas as atas, além de dados variáveis, “próprios de cada documento indivíduo da mesma espécie documental”. (BELLOTTO, 2002, p. 48).

Nessa perspectiva, Tognoli (2018) afirma que a estrutura da ata, como um documento diplomático, fornece elementos intrínsecos e extrínsecos relativos à sua composição, que possibilitam o reconhecimento fidedigno e crível do ato jurídico ao qual se refere e “[...]terá a mesma forma quando houver a mesma problemática jurídica. Essa forma será determinada por regras estabelecidas pelo Direito” (TOGNOLI, 2018, p. 36).

Geralmente lavrada em livro próprio, a ata é composta por protocolo inicial; data cronológica; participantes e suas qualificações, abertura da sessão, texto dos assuntos tratados, protocolo final e assinaturas do presidente e de quem lavrou (redigiu) o documento. De maneira explicativa, Bellotto (2002, p. 48) apresenta itens que a constitui

Protocolo inicial: número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, do local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação e declaração de abertura da sessão pelo presidente e secretário. Texto: assuntos discutidos, em obediência ou não a uma ordem do dia ou pauta. Protocolo final: fecho: “nada mais havendo a tratar... eu... secretário lavrei a presente...” Assinaturas do presidente e do secretário.

---

<sup>7</sup>Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.34). A espécie documental diplomática é aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial (BELLOTO, 2002, p. 27).

Quando essa espécie documental torna-se voltada a uma atividade específica, ela é denominada tipo<sup>8</sup> documental. Nesse sentido, a ata de reunião do Departamento de CI, à luz dos estudos arquivísticos, é classificada como tipo documental.

De uma perspectiva histórica, configura-se como rica fonte documental, *locus* indicativos não somente do ritual do encontro (pauta previamente conhecida pelos participantes, as boas-vindas, agradecimentos, entre outros itens), como também se institui como agente de preservação da memória da instituição ou organização a qual está vinculada. Sua finalidade, de acordo com esse cenário, extrapola a função de registro e comprovação dos assuntos discutidos. Seu valor de memória também deve ser ressaltado, já que nelas estão registradas a trajetória do Departamento, a criação dos cursos, seus gestores, o corpo docente e outras questões.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) conta com nove centros de estudos os quais, por sua vez, são compostos por departamentos e seus respectivos cursos de graduação e Pós-graduação. Nesse sentido, o Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) engloba seis departamentos e entre eles, evidencia-se, no estudo em pauta, o Departamento de Ciência da Informação (CI) no qual, estão inseridos os cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, bem como pós-graduações *lato e stricto sensu*.

Por meio da Resolução CEPE/CA n.100 de 25.05.1972, criou-se na UEL o curso de bacharelado em Biblioteconomia o qual, no início do ano seguinte foi implantado (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, [2021a]).

Vinte e cinco anos depois, ao buscar acompanhar a evolução da área de Biblioteconomia, o Departamento passa a ser oficialmente denominado

---

<sup>8</sup> Tipo Documental é a “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 74).

Departamento de Ciência da Informação e propõe a criação do curso de Arquivologia. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, [2021b]) Assim sendo, por meio da Resolução CEPE/CA n.º 112, de 08.10.97, **no ano seguinte, foi implantado o Curso.**

De periodicidade mensal, as reuniões ordinárias do Departamento, bem como aquelas realizadas tendo em vista a necessidade de deliberações urgentes e que não podem esperar as ordinárias (denominadas reuniões extraordinárias) geram registros formais dos encontros realizados. Esses registros assumem valor primário ou administrativo e valor secundário ou histórico. O valor primário é intrínseco a qualquer documento gerado. Criado para atender às necessidades da entidade promotora, sejam elas de cunho administrativos, legais ou jurídicos, permanecem nessa condição até tenham perdido seu valor para esses fins. Quando são conservados pela instituição, devido a importância que assumem para preservarem sua memória ou história, se constituem-se em documentos de valor secundário.

De acordo com a perspectiva da preservação da memória, o Projeto de Extensão, composto por estudantes e docentes dos dois cursos, promoveram, durante o ano de 2019, várias reuniões com a finalidade de construir um roteiro para inserção de dados e informações considerados relevantes para a apresentação da trajetória do Departamento, inicialmente voltados à caracterização das chefias, dos coordenadores dos cursos e condutas realizadas em cada gestão.

Para tanto, inicialmente realizou-se um estudo de caráter quanti-qualitativo, de abordagem exploratória e descritiva, concretizada por intermédio de pesquisa bibliográfica, sem limitações quanto ao período, suporte ou área do conhecimento, com o intuito de construir conhecimentos a respeito da memória, lugares de memória como já afirmado. Outra etapa foi dedicada à estrutura do roteiro dos pontos de acesso que comporiam a ficha de identificação e análise das atas. Após reiteradas ponderações e testagens, elaborou-se um quadro com os itens a serem evidenciados em cada ata de reunião, como se segue.

Quadro 1 - Formulário de análise de Atas

Análise de Ata			Página
Nº livro Ata		Nº Reunião	
Departamento			
Centro			
Universidade			
Data/Hora			
Membros participantes da reunião			
Coordenadores			
Chefia			
Eventos			
Projetos pedagógicos			
Autoria da escritura da reunião			

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a ficha apresentada, entendeu-se ser necessário dados que inserissem a ficha em determinado período, além de identificar a qual ata estava relacionada. Nesse sentido, foram demandadas informações como o número da ata, a data e o local em que foi lavrada. Os membros participantes, o corpo administrativo (Chefias, Colegiados) também foram listados, uma vez que são considerados não somente como participantes do processo decisório, como também validam ou legalizam essas decisões.

Buscando identificar os assuntos mais relevantes, as decisões, os pareceres a respeito, criou-se a categoria eventos, como campo a ser preenchido de acordo com a temática. Com a finalidade de elaborar um catálogo com informações a respeito dos cursos: seus gestores, ações relevantes, mudanças ocorridas no que tange aos currículos vigentes, optou-se por criar um campo a ser preenchido com informações relacionadas aos projetos pedagógicos e finalmente, o nome do participante responsável pela lavratura do documento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atas oriundas de reuniões de departamentos pertencentes à instituições de ensino, pesquisa e extensão, como as universidades, seguindo a concepção de Nora (1984, 1993) podem ser considerados lugares de memória, uma vez que caracterizam-se como suporte para a constituição da memória coletiva (imaterial) da área da educação ou de ensino, e mais especificamente das ações realizadas nesse contexto.

Seguindo esse raciocínio, torna-se válido afirmar que as atas de reuniões lavradas no Departamento de Ciência da Informação da instituição anteriormente mencionada, objeto de um ritual, produto textual de reuniões efetuadas periodicamente, caracterizam-se como lugar de memória. Nessa perspectiva, torna-se relevante fonte de informação a respeito das decisões tomadas, das ações executadas, ou seja, da memória do Departamento. Com o objetivo de apresentar a trajetória do Departamento, o projeto de extensão já nominado, propôs a elaboração e utilização de uma ficha, como roteiro para extração das informações buscadas. Assim por intermédio de um relato de experiência, foram expostos os itens que compõem o instrumento. Considerada como primeira fase do projeto, almeja-se suscitar reflexões a respeito da ata, valioso documento de preservação da MI, bem como sensibilizar o corpo docente e administrativo quanto à sua importância e conseqüentemente a necessidade de seu preenchimento de forma clara e coerente. Acredita-se que a organização dessas atas e seu instrumento de identificação propiciarão aos alunos e docentes dos cursos, excelentes recursos informacionais para estudos futuros.

#### REFERÊNCIAS

ARÉVALO, M.C. M. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 7, p. 1-14, 2005. Disponível em: [http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=7](http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=7). Acesso em: 12 abr. 2020.

BARBOSA, A. A. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS*, 4, 2010. *Anais [...]*, 2010. Disponível em:

[http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2\\_Andreia.pdf](http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Andreia.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Secretariada Cultura, 1996.

CRIPPA, G. **Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação**. In: MURGUIA MARANON, E. I. (org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 79-110.

DIANA, D. B. G. **Ata**. In: **Toda a Matéria**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/redacao-tecnica/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso**. Educação Unisinos, v. 11, n. 2, p. 103-110, maio/ago. 2007. Disponível: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698>. Acesso em: 18 jun. 2021.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara A. Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 18 jun. 2021.

NORA, P. **Entre mémoire et histoire : la problématique des lieux**. In: GERON, C. R. (org.). **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. v. 2.

THIESEN, I. M. C. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf> Acesso em: 18 jun. 2021.

TOGNOLI, N. B. **Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais**. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 34-46, abr. 2018. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/06/artigo\\_02.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/artigo_02.php). Acesso em: 18 jun. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Curso de Arquivologia**. [2021b]. Disponível em: [http://www.uel.br/prograd/?content=catalogo-cursos/catalogo\\_2019/cursos/arquivologia.html](http://www.uel.br/prograd/?content=catalogo-cursos/catalogo_2019/cursos/arquivologia.html). Acesso em: 10 fev. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Curso de Biblioteconomia**. [2021a]. Disponível em: [http://www.uel.br/prograd/?content=catalogo-cursos/catalogo\\_2019/cursos/biblioteconomia.html](http://www.uel.br/prograd/?content=catalogo-cursos/catalogo_2019/cursos/biblioteconomia.html). Acesso em: 10 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Instituto de Ciências da Vida.  
Departamento de Nutrição. **Instrutivo para Elaboração de Relato de Experiência:**  
estágio de Nutrição. 2017. Disponível em:  
<https://www.ufjf.br/nutricaoqv/files/2016/03/Orienta%C3%A7%C3%B5es-Elabora%C3%A7%C3%A3o-de-Relato-de-Experi%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 26 jun.  
2021.

Trabalho submetido em: 18 nov. 2020.

Aceito em: 2 fev. 2021.

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

**entreações**  
diálogos em extensão

Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639  
Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do  
Norte - Ceará - CEP 63048-080

ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

proex.ufca.edu.br

periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes

+55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335